



TJ-GO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
GOIÁS

Residência Jurídica - Direito
500 questões gabaritadas



CÓD: SL-076AB-24
7908433252306

Questões Gabaritadas:

1. Direito Administrativo	5
2. Direito Civil	33
3. Direito Constitucional	59
4. Direito Penal	83
5. Direito Processual Civil	109
6. Direito Processual Penal	135

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FGV - RES (TJ RJ)/TJ RJ/DIREITO/2024

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte é nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso, em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” na cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Vai, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, n° 187, p. 13-18, out. Idez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversaria! é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

3. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

O princípio da confiança no juiz da causa é

- (A) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.
- (B) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.

8. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

() O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

() A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

() Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V - F - F - V.
- (B) V-F-F-F.
- (C) F-V-V- F.
- (D) F-V-V-V.

9. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A condição de terceiro é [...] em relação às provas, ao conteúdo probatório, Já que o acerto das condutas deve ser novidade ao julgador. O juiz é um sujeito processual (não parte) ontologicamente concebido como um ignorante, porque ele (necessariamente) ignora o caso penal em Julgamento. Deixará o Juiz de ser urr. ignorante quando, ao longo da instrução, lhe trouxerem as partes as provas que lhe permitirão então conhecer.

(LOPES JR, Awy e ROSA, Alexandre Moraes da. Quando o juiz já sabia, em: www.conjur.com.br;

Tal lição doutrinária sinaliza como a atuação do mesmo juiz em fase pré-processual atinge sua imparcialidade para julgar o mérito da demanda penal, eis que macula algo primordial em sua atuação, a denominada

- (A) originalidade cognitiva.
- (B) falsa memória.
- (C) fishing expedition.
- (D) segurança normativa.
- (E) competência funcional.

10. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022 Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;
- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;
- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
- (E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

11. FGV - DEI POL (PC SC)/PC SC/2024

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão

(D) ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.

(E) ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.

16. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Acerca do inquérito policial, com base no Código de Processo Penal, nas normas processuais penais especiais e na jurisprudência atualizada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) A Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos) prevê o prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, para a conclusão do inquérito policial, caso o indiciado esteja preso.

(B) Nos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências), o prazo para oferecimento da denúncia regula-se pelo Código de Processo Penal, salvo se o Ministério Público, estando o réu solto ou afofado, decidir aguardar a apresentação da exposição circunstanciada de que trata o Art. 186 da Lei nº 11.101/2005, devendo, em seguida, oferecer a denúncia em 15 (quinze) dias.

(C) Como regra geral, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 (dez) dias, caso o indiciado esteja preso, e de 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver solto.

(D) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

17. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação

(A) não poderá ser instaurado sem a queixa.

(B) depende da iniciativa do Ministério Público.

(C) não poderá sem ela ser iniciado.

(D) exige a manifestação prévia do Ministério Público.

(E) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.

18. VUNESP - Dei Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No que concerne aos investigados em inquérito policial que investiga uso da força letal, é correto afirmar que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

(A) a indicação do profissional para o exercício da defesa do servidor deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado Bacharel em Direito, como defensor ad hoc, mesmo sem inscrição na OAB.

(B) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(C) na hipótese de não atuação da Procuradoria do Estado, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

(D) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(E) não contemplou qualquer dispositivo nesse sentido.

19. VUNESP - CFO/QC (EsFCEX)/EsFCEX/Direito/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Nos termos do art. 12 do CPP, quando do oferecimento da queixa-crime, o inquérito policial

(A) acompanhará a queixa, sempre que servir de base a ela.

(B) deverá ser arquivado, tendo em vista a dispensabilidade de tal peça administrativa.

26. FGV - JF TRFL/TRF 1/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Mateus oferece queixa-crime contra João, alegando, supostamente, que o querelado, juntamente com Tiago, teria feito postagens nas redes sociais, afirmando ser o querelante corrupto e fraudador de licitações.

Diante da hipótese narrada, é correto afirmar que o crime praticado é o de:

- (A) injúria, e a queixa-crime deverá ser rejeitada ante o princípio da indivisibilidade, embora sem que haja a extinção da punibilidade de João;
- (B) calúnia, e a queixa-crime deverá ser rejeitada ante o princípio da indivisibilidade, embora sem que haja a extinção da punibilidade de João;
- (C) injúria, e João deverá ter extinta a sua punibilidade, ante a aplicação do princípio da indivisibilidade;
- (D) calúnia, e João deverá ter extinta a sua punibilidade, ante a aplicação do princípio da indivisibilidade;
- (E) injúria, e a queixa-crime deverá ser rejeitada, com possibilidade de futuro ajuizamento contra Tiago.

27. FGV - JS (TJ ES)/TJ ES/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Paolo ajuizou ação penal de iniciativa privada em face de Franco.

Após regular instrução criminal, em suas alegações finais, Paolo deixou de formular o pedido de condenação em face de Franco, fazendo apenas um breve relato dos fatos.

Na hipótese, é correto afirmar que ocorreu:

- (A) a decadência do direito de queixa, com a consequente extinção da punibilidade de Franco;
- (B) o perdão tácito, com a consequente extinção da punibilidade de Franco;
- (C) a renúncia tácita, não se verificando a extinção da punibilidade de Franco;
- (D) a renúncia expressa, não se verificando a extinção da punibilidade de Franco;
- (E) a perempção, com a consequente extinção da punibilidade de Franco.

28. FGV - ALUN OF (PM AC)/PM AC/COMBATENTE/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sebastião, vítima de supostas ameaças perpetradas por Jorge, apresentou representação perante o órgão do Ministério Público quanto a estes fatos. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime de ameaça, previsto no Código Penal, somente se procede mediante queixa, razão pela qual o Ministério Público deverá promover o arquivamento da representação feita pela vítima.
- (B) O inquérito policial poderá ser dispensado caso os elementos apresentados na representação habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.
- (C) O ofendido poderá retratar-se da representação a qualquer momento.
- (D) O Ministério Público prescinde da manifestação da vítima para promover a denúncia, já que, no crime em apreço, a natureza da ação penal pública é incondicionada.
- (E) Se a denúncia não for oferecida no prazo legal, o ofendido poderá propor queixa-crime. Sendo assim, o Ministério Público perderá a prerrogativa de intervir em todos os termos do processo.

29. FGV - JE TJPR/TJ PR/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Honório, 12 meses após tomar conhecimento de que Alarico atentou contra a sua honra, ajuizou contra este queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração, imputando a Alarico o delito de difamação.

Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência de:

- (A) perempção do direito de queixa;
- (B) prescrição do delito de difamação;
- (C) decadência do direito de queixa;
- (D) renúncia tácita ao direito de queixa;
- (E) perdão tácito ao querelado.

34. INSTITUTO VERBENA - ANA MIN (MPE AC)/MPE AC/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

O acordo de não persecução penal constitui mecanismo de resolução de conflitos penais e se insere na estrutura da Justiça Penal Negociada.

Em relação aos requisitos para a propositura do acordo de não persecução penal exigidos pelo artigo 28-A, do Código de Processo Penal

(A) não sendo o caso de arquivamento, havendo confissão formal e circunstancial de prática de infração sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a 4 anos, o juiz poderá propor o acordo ao investigado.

(B) negada a confissão formal e circunstancial, o acordo de não persecução penal fica prejudicado.

(C) descumprida qualquer condição estipulada no acordo, o juiz declarará extinta a punibilidade.

(D) nada poderá ser feito pelo Ministério Público no caso de cumprimento parcial das condições fixadas no acordo, constituindo direito subjetivo do investigado em ter declarada a extinção da punibilidade.

35. FGV - DEI POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

João foi investigado, processado e julgado pelo fato de, em comunhão de ações e desígnios com outra pessoa não identificada, ter receptado veículo automotor VW/Saveiro, placa SAV-1234/AM, contendo diversos pares de calçados na caçamba, tudo pertencente à sociedade empresária AM Pé Descalço Ltda. Após a instrução criminal, o magistrado julgou procedente a denúncia, condenando João pelo delito de receptação. Posteriormente, surgiu a informação de que, em verdade, João teria tomado lugar de roubo, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo contra o motorista e o ajudante da VW/Saveiro, o que foi devidamente registrado em sede policial.

Diante desse cenário, é correto afirmar que

(A) a condenação anterior pelo crime de receptação, ainda que indevida, impede o novo processo e o julgamento pelo crime de roubo.

(B) a condenação anterior pelo crime de receptação, por ser indevida, não impede o novo processo e o julgamento pelo crime de roubo.

(C) o crime de roubo é delito autônomo, que atingiu vítimas distintas, caracterizando novo delito e permitindo o processo e o julgamento de João.

(D) o surgimento de prova nova superveniente afasta os efeitos da coisa julgada material no presente caso, permitindo o processo e o julgamento de João pelo crime de roubo.

(E) operada a rescisão da coisa julgada, por ação específica, fica autorizado o processo e o julgamento de João pelo crime de roubo.

36. FGV - NAC UNI OAB/OAB/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Magda é servidora pública federal, trabalhando como professora em instituição de Ensino Superior mantida pela União no Estado do Rio de Janeiro. Magda vem a ser vítima de ofensa à sua honra subjetiva em sala de aula, sendo chamada de “piranha” e “vagabunda” por Márcio, aluno que ficara revoltado com sua reprovação em disciplina ministrada por Magda.

Nessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) Magda só pode ajuizar queixa-crime contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(B) Magda só pode oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(C) Magda não pode ajuizar queixa-crime nem oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(D) Magda pode optar entre ajuizar queixa-crime ou oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

37. FCC - OF JUS (TJ CE)/TJ CE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar:

(A) Os tribunais superiores possuem entendimento unânime de não admitir sua aplicação aos processos já em curso, por se tratar de norma de caráter processual.

(B) Um dos requisitos para seu oferecimento é que o investigado tenha confessado a prática da infração penal formal e circunstancialmente perante a autoridade policial.

42. FGV - AJ (TJ MS)/TJ MS/ÁREA FIM/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Das Exceções (arts. 95 a 111 do CPP)

Carlos foi preso em flagrante dirigindo uma motocicleta, objeto de roubo em data anterior a sua prisão. Denunciado pelo delito descrito no artigo 180 do Código Penal, foi processado, sendo condenado, com sentença ainda não transitada em julgado. Posteriormente, veio a ser reconhecido como autor do roubo da referida motocicleta.

Sobre a situação processual narrada, é correto afirmar que:

- (A) há coisa julgada;
- (B) há litispendência;
- (C) são causas de pedir distintas, podendo Carlos ser processado por roubo;
- (D) Carlos pode ser processado por roubo, com base no Art. 395, inciso II do Código de Processo Penal;
- (E) a condenação por crime de roubo anulará a condenação por receptação.

43. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Restituição de Coisas Apreendidas (arts. 118 a 124 do CPP)

Acerca das medidas cautelares reais e pessoais, analise as afirmativas a seguir.

I. O juiz não pode, em hipótese alguma, determinar a alienação de aeronaves apreendidas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

II. O sequestro se presta a salvaguardar possível ressarcimento em face da prática do crime, enquanto a hipoteca legal visa, apenas, evitar que o bem móvel produto ou provento da prática do crime pereça antes de resolvido o mérito do caso.

III. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não haja dúvida quanto ao direito do reclamante.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II e III, somente.

44. FGV - JE TJMS/TJ MS/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Das Medidas Assecuratórias (arts. 125 a 144 do CPP)

Marcus Aurelius, funcionário público estadual, que desfruta de patrimônio evidentemente superior aos seus ganhos, mas com pouquíssimos bens efetivamente em seu nome, é investigado pelos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. O Ministério Público requereu cautelarmente o sequestro dos bens de Marcus Aurelius, tantos quanto bastem para assegurar, ao final da ação penal, a recomposição ao erário e o perdimento dos bens que configuram produto dos referidos crimes.

Quanto ao sequestro requerido, é **correto** afirmar que:

- (A) poderá o juiz decretar o sequestro alargado, vale dizer, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio de Marcus Aurelius e aquele que seja compatível com seus rendimentos lícitos como funcionário público;
- (B) será o sequestro levantado pelo juiz se a ação penal não for intentada pelo Ministério Público, em face de Marcus Aurelius, no prazo de quinze dias, contados da data em que ficar concluída a diligência;
- (C) poderá o juiz decretar o sequestro abrangendo bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito dos crimes quando estes não forem encontrados no patrimônio de Marcus Aurelius, ou quando se localizarem no exterior;
- (D) será necessária, para a decretação do sequestro pelo juiz, a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens adquiridos por Marcus Aurelius com os proventos das infrações, se tais bens não tiverem sido transferidos a terceiros;
- (E) poderá o sequestro ser embargado pelo terceiro, a quem os bens tiverem sido transferidos por Marcus Aurelius, a título gratuito, sob o fundamento de os terem adquirido sem má-fé.

45. FGV - JE TJGO/TJ GO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Das Medidas Assecuratórias (arts. 125 a 144 do CPP)

Henrique, investigado em razão da prática de vultoso crime de estelionato cometido contra Enéas, possui em seu patrimônio bens suficientes para assegurar a reparação do dano causado ao ofendido.

Nesse contexto, é correto afirmar que poderá:

- (A) o ofendido Enéas requerer ao juiz a busca e apreensão dos bens constantes do patrimônio de Henrique;